

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL FORDAN 20 ANOS: PESQUISA E INTERVENÇÃO PARA A GARANTIA DA VIDA DAS MULHERES

DOCUMENTO FINAL DA PLENÁRIA

Boletim Nº 07

**20 ANOS
FORDAN /UFES**

Apoio: **DEPUTADA FEDERAL
JACK
ROCHA
PT**

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL FORDAN/UFES 20 ANOS:

*Pesquisa e Intervenção para a garantia da
vida das mulheres*

PARCERIAS:

- COMU
- PPGNEIM
- IMP INSTITUTO MARIA DA PENHA
- IBM
- DPES DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO
- CNDH Conselho Nacional dos Direitos Humanos
- UFBA Universidade Federal da Bahia
- MINISTÉRIO DA FAZENDA
- UFOP
- MPSP Ministério Público DO ESTADO DE SÃO PAULO
- UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
- CEFD UFES
- SBP
- ProEx
- ODPU DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
- LAM Linha de Apoio à Mulher

**I SEMINÁRIO INTERNACIONAL FORDAN 20 ANOS:
PESQUISA E INTERVENÇÃO PARA A GARANTIA DA VIDA DAS
MULHERES**

DOCUMENTO FINAL DA PLENÁRIA

**Boletim Nº 07
Versão 31 de outubro de 2025**

Autoras (os)

Rosely Silva Pires, Flávia Moutinho, Giovana Bazoni, Ana Paula Thompson, Regina Célia e Lilian Meshina, Jack Rocha, Paola Ruzzene, Frederico Soares, Bárbara Galvão Silva, Flávia Máximo, Valéria Rufino, Carla Apolinário de Castro; Rosemery Casoli; Fernanda Tardim, Rayvo Viana do Nascimento, Fabiola Mozine, Fernanda Couzemenco, Mônica Marques, Sócrates Pereira Silva, Hieverson Edival Silva Caser e Rafael Catão, Maria da Neves, Patrícia Alves Barbosa, Roberta Lima Gomes, Márcia Valéria de Souza Almeida, Luciane Daniele Cardoso, Winnie Bruna de Souza Pereira, Janaína Carneiro Marques, Karoline Marinho, Vanessa Cavalcanti, Brenda Mozer, Layla dos Santos Freitas, Arthur Bastos Rodrigues, Thamires Oliveira Fernandes Marques, Nathalie Malveiro, Ketleen Jhany Pereira Gomes e Maria Cecília de Paula Silva, Janayna Baptista de Almeida Gomes,

Edição: Fabíola Magnago Mozine,
Capa/arte: Victor Hugo Pereira
Silva

Como citar:

PIRES et al. Seminário Internacional Fordan 20 Anos:
Pesquisa e Intervenção para a Garantia da Vida das Mulheres (Série Boletins
Fordan, nº 07) Versão online Programa de Pesquisa e Intervenção Fordan:
cultura no enfrentamento às violências. UFES – Universidade Federal do
Espírito Santo. Vitória/ES, 2025.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	01
2. LISTA DAS (OS) PALESTRANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS CONVIDADAS (OS).....	03
3. LISTA DE PRESENÇA DAS AUTORIDADES.....	04
4. LISTA DE PRESENÇA NOS GRUPO DE TRABALHO (GTs).....	05
5. AÇÕES DA PROPOSTA COLETIVA PELA VIDA DAS MULHERES – RESULTADO DA PLENÁRIA FINAL DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL FORDAN 20 ANOS.....	09
4.1. Relatoria GT 01.....	09
4.2. Relatoria GT 02.....	10
4.3. Relatoria GT 03.....	12
4.4. Relatoria GT 04.....	15
4.5. Relatoria GT 05.....	17
4.7. Relatoria GT 07.....	17
4.8. Relatoria GT 08.....	19
4.9. Relatoria GT 09.....	22
4.10. Relatoria GT 10.....	23

1. APRESENTAÇÃO

- O boletim é o registro da plenária final do Seminário Internacional “Fordan 20 Anos: Pesquisa e Intervenção para a Garantia da Vida das Mulheres”, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2025 na Universidade Federal (CEFD, auditório DDP e Teatro), campus de Goiabeiras da UFES.
- O objetivo do Seminário Internacional foi mapear e fortalecer redes de apoio para acolhimento às mulheres, encaminhamento das violências, e responsabilização de agressores. Foram realizados nove Grupos de Trabalhos (GTs) para estabelecer diálogo entre instituições de ensino, justiça, instituições religiosas, instituições da área de assistência e promoção social, lideranças de mulheres. Esses GTs tiveram como objetivo pensar as seguintes questões: A) Quais os limites, dificuldades, entraves para salvar a vidas das mulheres que vocês identificam hoje? B) Quais soluções técnicas, políticas, científicas, pedagógicas, etc. vocês sugerem para salvar a vida das mulheres? C) Quais ações realizaremos a partir de agora, até o próximo seminário? Esse documento contém as relatorias desses GTs, que foram apresentadas na plenária final do Seminário Internacional.
- O evento e todas as atividades do Programa de Pesquisa e Extensão foram realizadas com verba de bancada da Deputada Federal Jack Rocha e com apoio das suas assessoras: Damares Azevedo, Lays Hesse e Jaqueline Santos.
- . O evento foi organizado pela equipe de trabalho do Fordan: Coordenação Geral
- Rosely Maria da Silva Pires; Núcleo Jurídico - Layla dos Santos, Cristiana Ribeiro da Silva, Arthur Bastos Rodrigues (UFPB), Thamires Marques; Núcleo Saúde - Brenner Araujo Acker, Danúbia Galvão de Oliveira, Carolina Santos Machado, Alessandra de Souza Silva; Núcleo de Formação - Rosemery Casoli e Lizio Silva Pires; Núcleo Cultura - Everton da Conceição, Ruan Sodre, Janayna Baptista de Almeida Gomes, Letícia Carvalho Balmant Reisa, Manuela Botelho, Manuela Honorato, Leonardo Silva, Ana Clara Rodrigues, Lidia Athayde, Ana

Carolina Cabral; Núcleo Comunicação - Fernanda Couzemenco; Núcleo de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento de Dados - Victor Hugo Pereira Silva, Thiago Moura Baiense, Olavo Silva Pires; Núcleo Acolhimento Emocional

- Sócrates Pereira Silva, Albertina de Figueiredo Silva, Marlene Peres Pereira, Rose Mari Peres Cavalheiro, Lara Feliciano. Professores que compõe a equipe a algum tempo: Rafael Catão (UFES), Vanessa Cavalcanti (UFBA), Carla Apollinário (UFF).

E, com uma equipe importante de colaboradores, nas coordenações de GTs, mediação de mesa, filmagens etc., os nomes estão detalhados abaixo.

O documento que contém as relatorias da plenária final do seminário.

Fases:

1. Produção do documento: a Relatoria avaliou e verificou se todas as pessoas que participam estavam citadas no documento.
2. O documento passou pela avaliação das palestrantes, que fizeram a avaliação final.
3. O documento foi publicado na página da UFES e disponibilizado para todas as instituições que participaram do Seminário Internacional.

Algumas ações previstas no Seminário Internacional, já foram encaminhadas, como por exemplo:

Produção das minutas (assinadas pelos órgãos e universidades convidadas para o Seminário) para: Ouvidoria Feminina e inclusão da Lei Maria da Penha nas resoluções de Ausência Justificada das Instituições de ensino (Educação Básica, Institutos e Universidades).

Rosely Silva Pires

Fundadora e coordenadora geral do Fordan/UFES

1. LISTA DAS (OS) PALESTRANTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS CONVIDADAS (OS)

Com foco nos objetivos do Seminário Internacional foram reunidas, na Universidade Federal do Espírito Santos (UFES), pessoas representantes de instituições internacional e nacional (a maioria mulheres, mas também homens, pois a luta é de todas as pessoas) para ampliarem o debate como:

ONG SMJ – suporte à mulheres no Japão – Lilian Mishina;
Secretaria da Mulher na Câmara dos (das) Deputados (as) – Jack Rocha;
Instituto Maria da Penha - Regina Célia;
Conselho Nacional de Direitos Humanos – Maria das Neves;
Min. da Fazenda, Programa Mulher Cidadã – Roberta Romancini Silva;
Defensoria Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União – Frederico Soares;
Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo – Nathalie Malveiro.
Produção de reportagem sobre violências contra a mulher do Fantástico - Mônica Marques.

O evento contou ainda com a participação de várias (os) pesquisadoras (os) de Universidades como:

Ouvidoria Feminina da **UFOP** – Flávia Máximo;
Comissão de Equidade de Gênero da **UFF** – Carla Apolinário;
Centro de Referência de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da **UFPB** (CoMu) - Profa. Valeria Rufino;
Corpo, Cultura e Direitos Humanos (**UFBA**) – Cecilha Paula;
Rede Fordan/**UFPB** - Arthur Rodrigues.
Online - Karoline Marinho (**UFRN**) e Vanessa Cavalcanti (**UFBA**)

1. LISTA DE PRESENÇA DAS AUTORIDADES

O Seminário teve a presença das autoridades: Jack Rocha- coordenadora geral da Secretaria das Mulheres da Câmara das (o) Deputadas (o); Armando Biondo

- Superintendente da FEST; Sônia Lopes- Vice Reitora da UFES; Herminia Azoria - Coordenadora Contra a Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; Andrea Guzo Pereira - Sub Secretária de Educação Básica da SEDU; Solange Drumond - Secretaria Municipal da Saúde; Clicia Dora - Casa Rosa, Maria de Lurdes Catarinozi - Instituto Mulheres no Poder; Alba Batista Nascimento - Movimento Quilombola; Brenda Mozer - Cine Por Elas; Geovana Barcelos - Presidenta do Movimento Guerreiras da Paz de São Pedro; Gy Santos

- Instituto Anistia Internacional; Ará Martins - Representando o Povo Guarani; Valquíria Matos - Presidenta do Instituto Quadro de Esperança; Luciana Barcelos

- Associação das mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Mariana; Maria Amaral - Representante da ONG ECOPAZ; Suzana e Sueli Lima - Rede Brasileira de Direitos Humanos do Espírito Santo/ Núcleo PCD; Ketleen Gomes

- Núcleo de estudos Violência Segurança Pública e Direitos Humanos; Antonio Carlos - Pró-reitor da PROPAES/UFES e Representante do CEFD; Fernanda Tardim – coordenadora do XXVII Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba Liderança feminista produtora do evento; Mariane Luzia Folador Dominicini Berger - Gerente de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) da Secretaria de Estado da Educação (Sedu) do Espírito Santo; Rayvo Nascimento (GEEJA); João Batista Alves – GEEJA; Tatiana Mercês – GEEJA; Paola Ruzzene - integrante do Movimento Policiais Antifascismo; Herverson Caser - Representante dos CRAS de Vitória; Aloisio Carlos da Silva - Presidente da SBP; Valquíria Silva - Instituto Quadro da Esperança; Suzana Lima. Organização PCD.

1. LISTA DE PRESENÇA NOS GRUPO DE TRABALHO (GTs)

GT1 – ONG SMJ – Suporte à Mulheres no Japão – Lilian Mishina; Instituto Maria da Penha - Regina Célia. **Relatoria:** Katiuscia dos Santos Lourenço - Sindicato dos Trabalhadores Portuários/SUPPORT-ES

Fernanda Maria Waichert Pinheiro, Sheila da Penha Vasconcelos - Assistente Social do Escritório de Serviço Social Sheila da Penha; Ana Paula Thompson De Boni - Assistente de Núcleo no Movimento de Mulheres Olga Benário e FLAES; Maria Helenice Nicchio - Presidenta do Instituto Casa Lilás; Myriam Junger Mafra; Maria Cristina Piteres Porto – ECOPAZ; Jeovania Barcelos Gomes Teixeira - Movimento Guerreiras da Paz de São Pedro; Eliana Rodrigues Ribeiro – IMP; Maria Amaral do Carmo Braga – ECOPAZ; Ana Maria Thomaz – ECOPAZ; Maria Aparecida Hott – ECOPAZ; Gleicy dos Santos da Vitória.

GT2- Jack Rocha- Coordenadora Geral da Secretaria das Mulheres da Câmara das (os) Deputadas (os); Defensoria Nacional de Direitos Humanos da Defensoria Pública da União – Frederico Soares

Relatoria: Paola Ruzzene - SINDIPOL Diretora Regional ,

Vinnicius Camargo de Souza Laurindo - SEDU Técnico pedagógico; Maria de Lourdes Sousa Catarinozi - Instituto Mulheres no Poder, Lívia Santos de Moraes – Professora, Lízia De Boni Silva - Fiocruz - Coordenação “Projeto SUS com a gente”, Lilian Souza - Advogada e Subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres de Vila Velha, Marlene Carvalho Madureira - Assistente Social, Carla da Vitória Gualberto - Diretora do Departamento de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, Alinne Braga Nascimento Silva - Assessora do SEPPOM/SERRA, Cleide Ribeiro de Souza Pereira - Secretária de Gabinete/Prefeitura Municipal de Montanha, Eliana Bohland, Jonatas Corrêa Nery, Pedro P., Damares Azevedo de Jesus, João Marcine, Lays Hesse Andrade Silva, Jackeline Santos

GT3 - Ouvidoria Feminina da UFOP – Flávia Máximo, Centro de Referência de Políticas de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres da UFPB (CoMu) - Profa. Valeria Rufino. – **Relatoria:** Bárbara Galvão Silva - Pesquisadora na UFES

Fernanda Calenzani - Professora na UFES, Sherlen de Minas Sarmento - Mestranda em Ensino de Humanidades, Geannina Terezinha dos Santos Lima – UFES, Claudia Galarda Varassin - Docente UFES, Luciane Aparecida Bolda - Pró Reitoria de Políticas de Assistência Estudantil, Rudiele Aparecida Schankosk, Américo Paiva da Cruz Filho, Ana Paula Barreto Pedra

GT4 – Comissão de Equidade de Gênero da UFF – Carla Apolinário, **Relatoria:** Rayvo Viana do Nascimento - Técnico Pedagógico/GEEJA/SEDU/ES

Danielle de Souza dos Reis - SEDU Professor, Claudia Cristina da Costa - ESESP Assessora Especial, Rackel Damazio Moreira Dias - EEEFM Iracema Conceição Silva – Professora, Pâmela Raquel Oliveira Veras de Almeida - Doutoranda em Educação na UERJ, Tatiana das Mercês Januário – SEDU, Fabíola Vasconcellos Patta Sampaio - Pedagoga no EEEFM Terra Vermelha, Carolina Freire Pitol - Diretora na Escola de Serviço Público ES, Layla Rocha Ávila - EEEFM Iracema Conceição Silva - Psicóloga Apoie Escola, Livia Santos de Moraes - Professora Escola Iracema Conceição Silva, Tiago Onofre - Professor SEDU, Janete Assis, Drieli Thomaz Jorge, Denise Pinto Poltronieri, Vitor Coutinho Santos Vieira, Jessica Rangel da Silva Matias, Danielli Prudencio Nascimento, Carla Appolinário, Rizeane Santos de Jesus, Marilei Aparecida de Oliveira, Elizete de S. P. S, Carla Silva dos Santos, Fernanda de A. Martins Anders Ferreira, Gustavo Rossi Martins, Jarbson Silva de Souza.

GT5 - Produção de reportagem sobre violências contra a mulher do Fantástico - Mônica Marques. Relatoria: Fabíola Magnago Mazine - Coordenação do Cine Por Elas. Mediação: Fernanda Couzemenco - Núcleo Comunicação FORDAN

Claudia Moreira Rangel – Aposentada, Pedro Henrique Altafim Martins - Estudante de Jornalismo UFES, Débora Provetti Scardini Nacari, Luana Laux – Cine Marias

GT7. Conselho Nacional de Direitos Humanos – Maria das Neves. Relatoria: Rafael Catão, Socrates Pereira Silva e Hieversson Edival Silva Caser - Coordenador Geral da Gerência de Atenção a Família - SEMAS PMV

Rhânia Maria Silva Cruz - CRAS Vitória - Psicóloga Social, Mônica de Jesus S. Santos - CEBRAPAZ, Sandra Regina Santos – ICEPI, Andréa Lorenzutti - SESA/VIVA/NEVE – Enfermeira, Antônio Juvenal da Silva Júnior - CRAS São Pedro II, Clícia Dora Rocha da Silva – Diretora, Andressa Barcelos de Oliveira - Advogada Sindienfermeiros, Blenda Carvalho Nogueira - CRAS Consolação, Manoel Fernando de Araújo Meira, Matheus Alves Gomes - CRAS São Pedro I /Psicólogo, Astim Polliana Souza - CRAS Psicóloga, Polyana Puppim de Oliveira Brandão - CRAS Itararé/Psicólogo PAIF, Edleusa Gomes Ferreira Cupertino - Secretaria Estadual de Saúde do ES, Caroline Dias Oliveira - CRAS Psicóloga, Kethelyn da Silva Alves, Cleidson Gonçalves Martins, Gabriela Couto Gomes, Albertina de Figueiredo Silva, Marlene Peres Pereira, Rosemari Cavalheiro, Vanderleia Maria Dallapecúla, Tania Pires Duarte, Michele Cristina Santos Morethzson, Manoel Fernando de Araujo Meira, Solange - NUPREV .

GT8 – Min. da Fazenda, Programa Mulher Cidadã – Roberta Romancini Silva

Patrícia Alves Barbosa - UFES Docente, Roberta Lima Gomes - Vice Diretora do CT UFES, Márcia Valéria de Souza Almeida – Coordenadora do Curso de

Enfermagem UFES, Luciane Daniele Cardoso, Winnie Bruna de Souza Pereira – DAU/ UFES, Janaína Carneiro Marques -If maker IFES/Vitória, Karoline Marinho (UFRN)

GT9 - Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo – Nathalie Malveiro e Rede Fordan/UFPB - Arthur Rodrigues. Relatoria: Brenda Mozer Nascimento
– Cine Por Elas

Cristiane Esteves Soares - Ministério Público do ES/NEVID, Lara Paiva - Inspetora da Mulher – GMVV, Jéssica de Cássia Souza Wanzeller Presidente Instituto Eniyan/Secretaria no Comum - Conselho da Mulher em Vitória, Bruna Nicchio Valentim - Presidenta da Comissão da Mulher Advogada da 1ª Subseção da OAB/ES – Colatina, Fernanda Prugner - Coordenadora de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Laís Pereira Lima Ribeiro - DPES - Defensora Pública, Camila Tardin Mariano Passos - Coordenadora Municipal de Políticas para Mulheres e Presidente da Comissão da Mulher Advogada da 21ª Subseção da OAB/ES, Nágila Zardini Spalenza – DPU

GT10 - Corpo, Cultura e direitos humanos (UFBA) – Cecilha Paula

Eliane Rodrigues Ribeiro – IMP, Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - Yunikonland Produções Culturais, Lydia Athayde Henrique Reis - Fordan UFES, Luive de Almeida Nunes - Artista de dança e comunicadora, Everton da Conceição de Oliveira - Mestrando e Coordenador de Núcleo Fordan, Ruan Carlos Sodré Matos Loureiro - Professor e pesquisador da Cultura no Fordan, Jhonatan Pereira Barboza Sá - Produtor Cultural na Yunikonland, Marlene Martins de Oliveira - UFES/Técnico em Assuntos Educacionais, Laura Celeste Rivera Rodriguez – UFES, Ana Clara Rodrigues Siqueira - Estudante UFES, Ketleen Jhany Pereira Gomes - NEVI-UFES, Yuriê P. Penazzi - Professora independente, Patrícia Giffoni, Cléia da Silva Costa, Pedro Leite Costa, Danilo Santos da Silva.

1. 4. AÇÕES DA PROPOSTA COLETIVA PELA VIDA DAS MULHERES – RESULTADO DA PLENÁRIA FINAL DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL

4.1. Relatoria GT 01

- 1) Ampliação de Casas Abrigo para garantia de acolhimento de mulheres e filhos principalmente crianças neurotípicas e pcd's
- 2) Estudo e aprofundamento da Lei Maria da Penha para garantia de aplicação da lei e continuidade do processo.
- 3) Estudo e aprofundamento do protocolo de atendimento de vítimas de violência no Japão apresentado pela Lilian Mishina, adaptando aos casos brasileiros.
- 4) Escrita de Carta das comunidades de mulheres indígenas e quilombolas para o Relatório da Década Afrodescendente para apresentação às instituições pertinentes através da Vice Presidenta do Instituto Maria da Penha - Regina Célia.
- 5) Curso online sobre enfrentamento a violência contra as mulheres para lideranças indígenas e quilombolas capacitando-as para ampliação do conhecimento da lei e sua aplicação. Proposta que esse conhecimento seja multiplicado dentro das comunidades suprimindo barreiras linguísticas.
- 6) Buscar apoio e parcerias de órgãos e instituições responsáveis para a criação/fortalecimento da Casa de Acolhimento a mulheres indígenas e quilombolas dentro das próprias comunidades para proteção, acolhimento e fortalecimento da economia criativa dessas comunidades.

4.2. Relatoria GT 02

As propostas foram organizadas em três frentes principais:

A) Financiamento e fomento à pesquisa

- Criar uma linha de fomento específica para projetos de pesquisa liderados por mulheres.
- Estabelecer uma linha de pesquisa sobre gênero e mulheres na FAPES.
- Garantir um orçamento específico e contínuo para políticas públicas para mulheres.
- Viabilizar financiamento acessível para que mulheres desenvolvam atividades de pesquisa.
- Criar grupos de apoio (expandir a Casa Rosa): Espaços seguros onde as vítimas possam se organizar coletivamente para compartilhar suas experiências.

B) Representatividade e participação política

- Garantir a participação paritária de mulheres nos conselhos e nos espaços de decisão.
- Realizar audiências públicas na Câmara dos Deputados e em comissões técnicas para pressionar pela pauta.
- Agendar visitas técnicas das comissões de educação às instituições.

C) Permanência, acolhimento e combate à violência

· No Ambiente Universitário (UFES):

- Criar e implementar protocolos para afastar o agressor do convívio com a vítima (ex.: transferência de turma/horário), e não o contrário.
- Estruturar uma ouvidoria especializada para mulheres.
- Expandir e garantir atendimento psicológico e assistência social com equipe majoritariamente feminina.

- Garantir assistência jurídica e psicológica gratuita.
- Fortalecer a política de auxílio estudantil, incluindo auxílio-creche e auxílio emergencial.
- Implementar campanhas informativas permanentes sobre violência de gênero.

· **No Ambiente Escolar (Parceria SEDU/FORDAN):**

- Priorizar vagas para mulheres vítimas de violência e seus filhos na chamada escolar.
- Garantir abono de faltas e oferta de atividades remotas para mulheres em situação de violência.
- Criar e manter espaços de acolhimento multidisciplinares dentro das escolas (ex.: projeto "Entre Nós").
- Produzir e distribuir cartilhas educativas, inclusive voltadas para homens ("E eu com isso?").
- Expandir o modelo de escuta qualificada e acolhimento para o interior do estado.

3. AÇÕES PRÁTICAS E PRÓXIMOS PASSOS (Plano de Ação até o Próximo Seminário)

- Documento Nacional: Confeccionar um documento único, em nível nacional, consolidando as propostas deste GT.
- Frequência de Encontros: Estabelecer uma agenda regular de encontros (sugere-se mensal), preferencialmente de forma híbrida (presencial e online).
- Articulação Institucional: Buscar parceria e envolver o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na discussão.
- Mapeamento e Expansão: Mapear a rede de apoio existente nos municípios e expandir as ações para escolas do interior.

4. MODELOS DE SUCESSO APRESENTADOS

- Projeto "Entre Nós" (SEDU/FORDAN): Grupo multidisciplinar de escuta para meninas do ensino médio, com encontros mensais que utilizam música, desenho e escrita para abordar os tipos de violência. Integrado à disciplina "Projeto de Vida".
- Protocolo de Segurança da UFES/FORDAN: Atuação integrada entre a segurança universitária e a equipe do FORDAN para acolher a vítima e acompanhá-la até a delegacia, com comunicação imediata à reitoria sobre medidas protetivas.

4.3. Relatoria GT 03

- 1) Implantação de uma Sanção Premial, frequentar os cursos sobre direitos humanos garante a progressão.
- 2) Disciplinas obrigatórias sobre direitos humanos transversais.
- 3) Cursos obrigatórios para servidores sobre gênero e raça para manutenção da estabilidade. Todo assédio é fundamentado em uma discriminação. A violência vem da desestruturação das estruturas de poder.
- 4) Cursos obrigatórios para servidores sobre gênero e raça para ocupar cargos de gestão.
- 5) Disciplinas obrigatórias interseccionais (gênero e raça).
- 6) Construção coletiva de normas de enfrentamento e prevenção da violência de gênero.
- 7) Protocolo de monitoramento. Autorização da Patrulha na Universidade.
- 8) Pensar na ideia de equidade e interseccionalidade e em ações afirmativas para mudar a estrutura.
- 9) Fazer o reconhecimento administrativo e pensar em uma gratificação destes espaços que acolhem as violências.
- 10) Orçamento dos cargos em uma perspectiva de gênero e raça.
- 11) Institucionalização: resolução do conselho universitário.

Apuração

Princípio da autonomia da pessoa em situação de violência: primeiro o acolhimento antes da denúncia.

Cada universidade tem um órgão de ouvidoria onde ocorrem as denúncias. Além da ouvidoria na UFOP há um cargo de um ouvidor auxiliar para casos em que há a necessidade de atendimento humano como no caso da violência de gênero. UFPB 85% das mulheres dão entrada e não formalizaram a denúncia, mas ao relatar na COMU outras violências aparecem. Relato de deslegitimação do relato de violência sexual na UFPB, revitimação da Instituição e da Comissão. Conselho Gestor da COMU. Representantes de cada cidade para pensar a política.

Não hierarquizar as violências, tendo risco de suicídio.

1) Ouvidoria Específica ou equipamento similar.

2) Maioria da comissão de investigação feminina.

3) Análise preliminar em uma perspectiva interseccional de gênero e formação da ouvidora.

Autoria e materialidade.

4) Afastamento preventivo do acusado- aluno- servidor.

5) Sem contato entre denunciante e denunciado.

6) Advogado do equipamento acompanhando o processo.

7) Não admitir o Termo de Ajustamento de Conduta. O agressor vence pelo cansaço, revitimações etc.

O ideal é articular localmente com as defensorias públicas.

Acolhimento

1) Princípio da autonomia da mulher.

A reação da violência de gênero é imprevisível, sendo irrelevante para que o acusado tenha responsabilidade.

2) Acolhimento multidisciplinar. Sempre em duplas, nunca gravado, além do acolhimento a pessoa informa a possibilidade de utilizar também a rede municipal. Na COMU os cargos de gestão e acolhimentos são apenas para mulheres cis e trans e apenas mulheres cis e trans votam nesses cargos.

O servidor relata a dificuldade de encaminhamento dos trabalhadores da Segurança da Universidade para os órgãos municipais. Importância do FORDAN na UFES em facilitar esse percurso.

3) Integração com órgãos da rede municipal.

4) Integrantes só do gênero feminino.

5) Parcerias locais com letramento dos servidores municipais e contrapartidas econômicas.

6) Advogados acompanhando.

7) Termos de confidencialidade.

8) Autopercepção da violência. Percepção da conduta violenta baseada em uma discriminação.

O segurança fala da vítima passar a ser auto vigilante.

9) No acolhimento baliza-se a expectativa porque no processo de investigação o anonimato tende a ser arquivado ou põe a vítima em risco. Violência processual.

10) Recomenda-se a denúncia dentro e fora da universidade. Antecipando a retaliação do acusado, o criminal da peso a qualidade do administrativo.

11) Referência interna conectada com referência externa.

Prevenção

1) Palestras, rodas com redes. Diferenciação de assédio para importunação sexual, os casos de assédio sempre envolvem relações de trabalho.

2) Coletivo de mulheres em autopercepção da violência em articulação local universitária e construção coletiva da norma.

3) Ineficácia do Fala BR. Necessidade de outros dispositivos para receber denúncias. Qualificar as denúncias: tipo, aonde, etc.

4) Necessidade de divulgação dos equipamentos que acolhem mulheres, como email e redes sociais.

5) Flávia relata a especificidade dos riscos sobre as Repúblicas da UFOP e os trotes em relação às violências de gênero. Aplicativo ajuda a mapear as repúblicas seguras para mulheres.

4.4. Relatoria GT 04

Aquisição de Container equipado para sala de acolhimento. (Jurídico federal para as secretarias).

JUSTIFICATIVAS PARA A AQUISIÇÃO DO CONTAINER

Desestruturar o discurso de que a escola não tem espaço para acolhimento - No geral, as escolas possuem muito terreno livre, mas encontram dificuldades na tramitação junto das engenharias das secretarias de iniciar construções e ampliações. Logo, o container seria instalado já equipado, com a necessidade apenas de ligação de rede elétrica. Em estimativa realizada dentro do grupo, o custo de aquisição não ultrapassaria 40 mil reais.

Agilizaria o processo de acolhimento que é urgente – As escolas estão recebendo muitas demandas. Acolher exige ter locais específicos e que garantam o mínimo de sigilo e segurança.

Previsão Obrigatória e legalizada de criação de subsecretaria de tratamento das violências. (Jurídico federal para os Estados e municípios)

JUSTIFICATIVA A CRIAÇÃO DA SUBSECRETARIA

Estamos vivenciando um momento de aumentos dos índices de violências contra mulheres, principalmente no Estado do Espírito Santo. Dessa forma, algumas ações podem ser direcionadas por esta Subsecretaria, a saber:

- 1-Formação obrigatória para gestão e público geral sobre assédio e violências de gênero – para que a Informação se torne informe e ação (InformAção). A atuação em prol da causa exige formação adequada para evitar diversas formas de agravamento da violência já recebida/praticada.
- 2-Destinação de tempo de planejamento e atuação a profissional que atua temática de violência de gênero – As subsecretaria tem o poder de articular e distribuir normativas que direcionam e operacionalizam processos e pessoas. Dessa

forma, ter garantias de tempo de atuação e dedicação a essas causas, podem favorecer e qualificar os trabalhos desenvolvidos.

3-Afastamento do servidor com tratamento adequado – tratar de forma adequada os afastamentos. O servidor acusado deve ser afastado e receber tratamento para superação dos hábitos e costumes negativos que o colocam na posição de violentador.

4- Destinação de profissional do Apoio para as escolas pilotos – Articulação e apoio pontual com as demandas das escolas em relação aos programas e projetos que podem favorecer as escolas como redes de apoio da mulher vítima de violências.

5- Formação específica para escuta no acolhimento da vítima de violência – Formar e capacitar profissionais dentro do processo de acolhimento e encaminhamento.

- Previsão de formação em calendário letivo para formação de professores com a temática de violência de gênero. (Secretarias Estaduais e Municipais de educação)

JUSTIFICATIVA PARA A FORMAÇÃO

Quando o professor está sendo bem formado, as/os estudantes estão recebendo devolutivas profissionais dessa qualificação. Logo, considerar o dia de formação para o professor em dia letivo para as/os estudantes, qualifica todo processo.

- Criação de legislação específica para ingressar na atuação nos conselhos tutelares. (Partir da federação para Estados).

JUSTIFICATIVAS PARA A AÇÃO

Os conselheiros tutelares muitas vezes desconhecem as formas de violências e atuam segundo suas convicções e julgamentos sociais. Logo, muitas demandas cessam o encaminhamento quando chegam ao conselho tutelar. Isso acontece por falta de contato e conhecimento com a temática das violências cometidas contra mulheres, meninas e idosas.

4.5. Relatoria GT 05

- 1) Prêmio de reportagem para profissionais que divulguem matérias que combata a violência contra a mulher por região (categorias: imprensa, sites, rádio, podcast e TV, imprensa universitária) com formação continuada de letramento para jornalistas e produtores de conteúdo. Elaboração de material orientador (nomenclaturas, títulos menos revitimizadores, manual) em parceria com as imprensas e com alunos dos últimos anos de graduação (8 semestre)
- 2) edital/incentivo/prêmio a produção a pesquisa acadêmica sobre a violência contra a mulher (graduação e pós)
- 3) aumentar a visibilidade do FORDAN em parcerias com outros projetos que atuem em defesa da vida das mulheres

4.7. Relatoria GT 07

Nível Municipal

- Garantir espaços permanentes de capacitação profissional, em frequência semestral e com participação da rede intersetorial (GTs Temáticos e supervisão técnicas)
- Ampliar Ações preventivas voltadas a homens
- Garantir legalmente a realização de concurso público para os técnicos da ponta

Nível Estadual

- Área Judiciária: Ampliar as equipes psicossociais, via concurso público, a fim de superar as condições de morosidade, pouco acesso à justiça e violência institucional.

- Garantir legalmente a realização de concurso público em frequência definida.

Nível Federal

- Criação de um programa de transferência de renda específico para mulheres em situação de violência.
- Direcionar recursos orçamentários a secretarias responsáveis por ações voltadas ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade.
- Fortalecer o direcionamento de recursos para a RAPS, com o objetivo de implementar e garantir a continuidade do acompanhamento psicológico clínico para mulheres que vivenciaram situações de violência
- Estabelecer uma rotina de educação permanente dos profissionais da rede de proteção (profissionais, serviço, oscs, movimentos de mulheres, referências religiosas, etc.)
- Estimular a formação de grupos reflexivos sobre masculinidades em todas as políticas de proteção (assistência social, educação, saúde e direitos humanos)
- Ampliar o horário de funcionamento das delegacias especializadas da mulher e da criança e do adolescente para 24 horas por dia.
- Criar fluxos internos nos serviços para o atendimento a mulheres/famílias em situação de violência; (acolhimento, escuta qualificada, intervenções do serviço, notificações, encaminhamentos e acompanhamento).
- Priorizar processos da vara de família e que envolvam violência doméstica.
- Fortalecer a equipe do centro de referência Cramsiv regionalizando o serviço (3 Cramsiv).;

4.8. Relatoria GT 08

Atividades (vinculadas aos Objetivos Específicos)

Objetivo 1: *Mapear e cadastrar redes e projetos de apoio e acolhimento de mulheres;*

- Pesquisa de redes e projetos de apoio e acolhimento;
- Processamento de dados resultantes da pesquisa;
- Criação de mapas por meio de ferramentas GIS, identificando geograficamente os projetos e as zonas de risco;

Objetivo 2: *Avaliar as dificuldades e possibilidades de fortalecimento das redes cadastradas;*

- Reuniões para diálogos com as redes e projetos levantando as realidades locais;
- Processamento de dados resultantes das interações com as redes ;

Objetivo 3: *Criar e promover a implantação de protocolos para padronizar e melhorar as formas de acolhimento a mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social*

- Revisão bibliográfica para a definição de estratégias preventivas e corretivas de combate à violência de gênero;
- Definição dos protocolos de prevenção, combate à violência e acolhimento das vítimas;
- Formação das equipes de aplicação dos protocolos;

Objetivo 4: *Criar mecanismos como cartilhas e módulos formativos com o apoio de programas governamentais de políticas afirmativas, como o Programa Mulher Cidadã, e parcerias público privadas*

- Revisão bibliográfica e busca por projetos e programas de formação para políticas afirmativas;

- Elaboração de cartilhas e módulos formativos organizados em trilhas vinculadas às áreas da saúde, tecnologia, direito, habitação e cidadania, entre outras;
- Formação e promoção das ações do Programa Mulher Cidadã;

Objetivo 5: Criar uma rede de colaboração composta por entidades públicas e privadas, organizações sociais, conselhos de classe e comunidade, centralizadas a partir de ações extensionistas de Universidades;

- Busca e interlocução com órgãos públicos e organizações sociais envolvidos com políticas afirmativas;
- Busca por recursos e editais de fomento;

Objetivo 6: Desenvolver projetos com ações que incentivem e demonstrem possibilidades de desenvolvimento profissional por meio da educação nas áreas da saúde, tecnologia, direito, habitação e cidadania, entre outras;

- Aplicação de módulos formativos básicos sobre prevenção e combate a violência de gênero;
- Aplicação de módulos formativos de informática básica;
- Aplicação de módulos formativos sobre modelagem digital e impressão 3D;
- Aplicação de módulos mecânica básica;
- Aplicação de módulos de educação alimentar e nutricional;
- Aplicação de módulos de segurança alimentar e nutricional;
- Aplicação de módulos de saúde da mulher;
- Aplicação de módulos de práticas integrativas complementares;
- Aplicação de módulos sobre direito à cidade e à habitação.

Objetivo 7: Desenvolver pesquisas relacionadas ao tema, fomentando o tripé ensino-pesquisa-extensão dentro das instituições de ensino superior colaboradoras.

- Mapeamento e diagnóstico dos índices de violência de gênero de mulheres dentro das instituições de ensino superior;

- Mapeamento dos benefícios sociais de garantia da segurança alimentar e nutricional;
- Levantamento de dados sobre insegurança alimentar;
- Diagnóstico do nível de conhecimento sobre informática e tecnologias digitais;
- Levantamento de dados e mapeamento das situações que vinculam a regularização fundiária com a violência patrimonial.

Resultado

Esperado:

Esperamos que o projeto resulte em ações de proteção, apoio e fortalecimento da autonomia de mulheres em situação de risco ou vulnerabilidade socioambiental visando a redução da violência de gênero

4.9 Relatoria GT 09

Geral:

GERAR DADOS: Necessidade de Mapeamentos dos casos e metodologias de enfrentamento: Articular com outros grupos e coletivos que enfrentam a violência contra as mulheres que não estão mapeados.

- Necessidade dos órgãos (Defensoria Públicas / Ministérios Públicos / CNJ) gerarem relatórios e mapeamentos dos próprios processos e casos / Fortalecer a criação de Observatórios de violências contra a mulher com movimentos e instituições.
- Educação Permanente – Escolas e servidores, integrado na grade escolar e como mecanismo de promoção de servidores.

Recomendações Específicas:

- Necessidade da existência de varas híbridas em ES e cumprimento da legislação especial – Lei Maria da Penha / Mas, também, é necessária efetivar a integração dos sistemas de dados e notificação entre os órgãos do judiciário.

- Ampliar e fortalecer a articulação política no ES contra o instituto do teleflagrante do registro de BOs para violências contra mulheres e rediscutir as Salas Lilás, tendo em vista, a já realização de audiência pública e os abaixo assinados já construídos.
- Aplicação estratégica do instituto da suspensão condicional do processo nos processos de violências contra a mulher como mecanismo de garantia da vida das mulheres, celeridade.

Protocolos como Políticas Públicas:

- Campanha sobre a obrigatoriedade e garantir a aplicabilidade dos Protocolos em Perspectiva de gênero e raça (CNJ) no judiciário por parte dos juízes. Incidir sobre papel do CNJ, normatização, fiscalização e punição.
- Necessidade de Protocolo Geral para violência contra a mulher (sistemas de segurança e justiça): padrões de acolhimento, interseccionalidade, facilitar a identificação e tipificação da violência (moral, física, patrimonial e psicológica). Viabilizar a articulação entre as varas com casos conexos, garantia do direito às MPUs. Projeto Guardiãs (órgãos de segurança) e monitoramento, discutir o botão de emergência. Garantia do direito ao Auxílio Aluguel.
- Protocolo sobre BO para violências contra a mulher, com novos campos explicativos, diferenciando do geral, como no app do Fordan. Possibilidade tanto online, quanto presencial (não teleflagrante). Melhorar a Triagem e a produção de provas, questionar de forma clara se quer acionamento das redes de apoio, quais? Citar no modelo de BO. Quer MPU? Quais? descrever todas as MPUs existentes. Com linguagem acessível e explicativa.
- **Carta:** qual o objetivo?
Visibilização das violências contra as mulheres, limites e potencias das metodologias de enfrentamento e dos sistemas de justiça.

Carta como síntese do evento, síntese interna, levar para os territórios. Encaminhar a carta para todos os órgãos do sistema de justiça, esferas políticas e assistência. Proposta: cartas de recomendação para cada órgão CNJ, Governo, secretarias

4.10. Relatoria GT 10

Formação em utilização da tecnologia para produção de conteúdo que aborde a cultura e a questão da mulher, utilizando as plataformas digitais para as comunidades, com foco na juventude e na mulher.

Formação para professores da educação infantil ao medio que trabalhe a importância da cultura e violência de gênero, através da dança e arte, música, cinema, fotografia. Utilizando a cultura make.

Curso de dança, cinema, arte, trança, teatro que debatam a temática da mulher e de gênero. Parceria com o hip Hop, grafite e slam pro processo de aprendizagem de escrita, oratória, musicalidade e formação em questões de gênero, através de órgãos municipais, estaduais, federal.

Formação para escritura de editais em cultura.

Curso de formação de professores que já trabalhem dentro da área da cultura, sobre a violência de gênero, parcerias com equipamentos fora da universidade. Dentro das comunidades e pontos públicos culturais.

os espaços são marcados por violências muitas vezes ocultas. Espaços de formação seguros para mulheres. Desde sentar e educar sobre violências para professores com potencial multiplicado

Fortalecimento dos movimentos sociais, formação de núcleos fora da academia, como centro de referência da cultura. Construir convênios, formação de grupo de base para fortalecimento das comunidades. Fortalecer a base a partir de perspectiva que vão para além desses locais institucionalizados, buscar recursos para isso.

Fomentação no encontro cultural de mulheres quilombolas do estado, música, dança, comida típica.

Em nível federal: Pensar política de parceria com a Secretaria de assistencial social, para realizar mapeamento de pontões de cultura dentro das periferias e comunidades tradicionais, e políticas de subsidio de condições materiais para que as mulheres acessem os direitos. Buscar emendas parlamentares para concretizar a viabilização de direitos.